

INSTRUÇÃO NORMATIVA – PROPPGE 001/11

Altera a Instrução Normativa PROPPGE 001/07 que normatizou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq na Universidade de Mogi das Cruzes

Art. 1º - O Programa Institucional de bolsas de Iniciação Científica concederá bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação, com as seguintes finalidades:

§ 1º - Despertar e incentivar o estudante de graduação para as atividades de pesquisa, possibilitando sua dedicação integral aos programas acadêmico-científicos da Universidade.

§ 2º - Despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de pesquisa, introduzindo o jovem universitário no domínio do método científico.

§ 3º - Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas da pesquisa.

Art. 2º - O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC deverá contar com uma quota anual de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e uma quota da Universidade de Mogi das Cruzes, nunca inferior a 50% do número de bolsas concedidas pelo CNPq.

Art. 3º - O programa será gerenciado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

Art. 4º - A duração das bolsas concedidas pela quota da UMC será a mesma definida anualmente pelo CNPq.

Art. 5º - O CNPq pagará mensalmente a cada bolsista segundo suas normas.

Art. 6º - O valor da bolsa concedida pela UMC será fixado anualmente pela Administração Superior.

§ 1º - A bolsa oferecida pela UMC será concedida sob forma de depósito bancário, em conta específica para esta finalidade.

§ 2º - No caso de bolsista UMC, a bolsa será suspensa ou cancelada se o bolsista tiver duas ou mais mensalidades em atraso. A mesma poderá ser transferida para um aluno voluntário que já esteja participando do Programa nos termos do Art. 18 desta instrução normativa. A análise de tais situações ficará a cargo da Coordenação do Programa, ouvido o Comitê Institucional.

Art. 7º - A cada ano será lançado um Edital que deverá conter os seguintes itens:

- I - prazo de inscrição;
- II - data de seleção;
- III - período de vigência das bolsas;
- IV - requisitos mínimos sobre o perfil do aluno, do orientador e do projeto;
- V - prazo para pedido de reconsideração.

Art. 8º - Os requisitos e compromissos do Bolsista são:

- I - ser estudante regularmente matriculado em curso de graduação, sem débito financeiro com a UMC, e apresentar excelente rendimento acadêmico;
- II - apresentar, após 6(seis) meses de vigência do período da bolsa, relatório parcial das atividades desenvolvidas;
- III - fazer referência à sua condição de bolsista nas publicações e trabalhos apresentados;
- IV - estar recebendo apenas esta modalidade de bolsa, sendo vedada a acumulação desta com a de outros programas do CNPq, de outra agência ou da UMC (com exceção do FIES e do PROUNI);
- V - não estar sendo beneficiado com DESCONTO UMC durante a vigência da bolsa PIBIC (com exceção do desconto proveniente do Convênio com Sindicatos e do desconto do Curso de Pedagogia).
- VI - dedicar-se, no mínimo, 12 horas semanais às atividades relacionadas ao seu Projeto de Iniciação Científica;

Art. 9º - Os requisitos e compromissos do Orientador são:

- I - possuir experiência compatível com a função de orientador e formador de recursos humanos qualificados;
- II - ser pesquisador com boa produtividade científica, tecnológica ou artística-cultural. O pesquisador que não possuir titulação deverá ter produtividade científica, tecnológica ou artística-cultural expressiva nos últimos 5 (cinco) anos, no caso de orientador de bolsista/UMC;
- III - ser pesquisador com título de doutor e que esteja exercendo plena atividade de pesquisa evidenciada por sua recente produção intelectual, no caso de orientador de bolsista/CNPq;
- IV - apresentar projeto de pesquisa que reflita originalidade, relevância e viabilidade técnica, detalhando o Plano de Trabalho do bolsista;

- V - orientar o bolsista nas distintas fases do trabalho científico, incluindo a elaboração dos relatórios parcial e final e material para apresentação dos resultados no livro de resumos do Congresso de Iniciação Científica;
- VI - acompanhar as exposições dos relatórios técnicos parciais e anuais feitas por seus bolsistas por ocasião da pré-avaliação e do congresso de iniciação científica.

Art. 10 – Os requisitos dos projetos são:

- I - ser projeto institucional, de preferência de grupos de pesquisa e de longo alcance;
- II - ter mérito técnico-científico;
- III - ter viabilidade técnica e econômica;

Art. 11 – As inscrições deverão ser feitas na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, com a seguinte documentação:

- I - ficha de inscrição assinada pelo candidato e pelo orientador;
- II - projeto de pesquisa circunstanciado, que detalhe o plano de trabalho do bolsista durante o desenvolvimento da pesquisa.
- III - histórico escolar atualizado e currículo do estudante;
- IV - currículo do orientador (modelo LATTES/CNPq);
- V - para a renovação, acrescentar relatório final e justificativa do orientador para a continuidade do projeto;

Art. 12 – A seleção será precedida de uma pré-análise feita pelo Comitê Institucional que deverá ser constituído por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, e que serão indicados pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

Art. 13 – A seleção final será feita pelo Comitê Institucional e pelo Comitê Externo do CNPq, que terá em sua composição membros ou ex-membros dos Comitês assessores do CNPq.

Art. 14 – O resultado da seleção será divulgado publicamente e poderá ser solicitada a reconsideração, para projetos reprovados, dentro dos prazos contidos no Edital. Esses pedidos serão julgados pelo Comitê Institucional.

Parágrafo Único - Não serão aceitos pedidos de reconsideração da classificação do projeto para fins de obtenção de bolsa.

Art. 15 – Poderão participar do programa, como voluntários e sem bolsa, os estudantes cujas solicitações foram aprovadas no mérito, pelos Comitês Institucional e Externo, durante o processo de seleção, mas que não alcançaram pontuação suficiente para obtenção da bolsa.

§ 1º - Não será permitida a inclusão de projetos no Programa, fora do prazo de inscrição, mesmo para desenvolvimento de forma voluntária. (PVIC).

§ 2º - Os alunos voluntários participantes do programa terão de submeter-se ao processo de avaliação, cumprindo as etapas dispostas no Art. 16.

§ 3º - Os alunos voluntários que cumprirem satisfatoriamente as etapas de avaliação receberão um certificado, como disposto no Art. 19.

§ 4º - Em situações excepcionais, pendente aprovação pelos Comitês de Avaliação, poderão ser apresentados projetos que envolvam uma equipe de até 3 alunos. Nestes casos, apenas um dos alunos poderá receber bolsa, devendo os demais colaboradores participar do Programa como voluntários, devendo ainda apresentar plano de trabalho individualizado para cada colaborador.

Art. 16 – O acompanhamento e a avaliação do PIBIC serão feitos pela análise de relatórios periódicos, entrevistas e pela apresentação oral e em pôster dos resultados.

§ 1º - Na avaliação anual será realizado um Congresso de Iniciação Científica, que contará com uma sessão de abertura e sessões de apresentações orais e em pôsteres, feitas pelos bolsistas.

§ 2º - Na ocasião do Congresso de Iniciação Científica, deverá ser distribuído um livro de resumos dos projetos que serão apresentados.

§ 3º - Serão realizadas pelo menos duas avaliações, sendo uma semestral, feita pelo Comitê Institucional e uma anual feita pelo Comitê Institucional e pelo Comitê Externo. Avaliações intermediárias poderão ser solicitadas a critério do Comitê Institucional.

§ 4º - Haverá duas entrevistas com o Comitê Institucional de Avaliação durante o Programa, as quais os estudantes, bolsistas e voluntários, terão participação obrigatória. Ocorrendo reincidência de ausência, o projeto será cancelado, sem direito a recurso.

Art. 17 – O cancelamento da bolsa poderá ser realizado a qualquer momento, por solicitação do orientador, bolsista ou comitê institucional de acompanhamento.

§ 1º – A substituição do bolsista será feita pela coordenação do Programa, ouvido o Comitê Institucional, que indicará estudantes que já vêm trabalhando no programa, cadastrados como voluntários.

§ 2º - Em nenhuma circunstância, um orientador poderá repassar a outro a orientação de seu aluno. Em casos de impedimento eventual do orientador, a bolsa retorna à coordenação de Iniciação Científica.

Art. 18 – A não observância de qualquer uma das normas acima implica na imediata suspensão da participação do aluno no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC e/ou PIVIC). Nestes casos, será estipulado um prazo de 30 dias para que o aluno regularize sua situação. Caso não resolva as pendências dentro do prazo estipulado e lhe

tenha sido atribuída bolsa (CNPq ou UMC), além da exclusão do Projeto na edição vigente, deverá restituir os valores das mensalidades recebidas.

Art. 19 – Será fornecido certificado ao estudante que participar do PIBIC e PVIC cujo desempenho, demonstrado nas atividades de acompanhamento do Programa, tenha sido, no mínimo, satisfatório.

§ 1º - Os alunos colaboradores dos projetos de Iniciação Científica também terão direito ao certificado, desde que tenham sido mencionados no projeto quando encaminhado para aprovação.

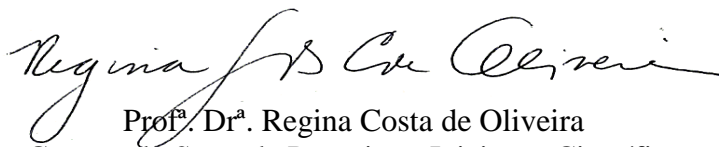
§ 2º - Os alunos de Iniciação Científica, bolsistas de outros órgãos de fomento, indicados à coordenação do Programa e que participarem do Congresso Científico da UMC, apresentando o projeto oralmente e em pôster terão direito ao certificado, pendente avaliação dos resultados pela Coordenação do Programa.

Art. 20 – O número de bolsas a ser concedido a um orientador ficará a critério da Coordenação do Programa e Comitê Institucional.

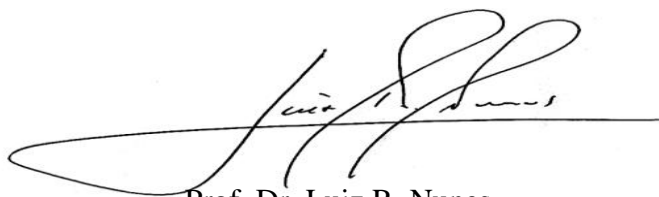
Art. 21 – Toda e qualquer modificação de nome de projeto, inclusão de colaboradores, mudança na metodologia, só poderão ser feitas pelo orientador, devendo o mesmo informar à coordenação do Programa.

Art. 21 – Os assuntos omissos da presente Instrução Normativa serão decididos pela Gestora de Pesquisa e Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

Mogi das Cruzes, 18 de março de 2011.



Prof^a. Dr^a. Regina Costa de Oliveira
Gestora do Setor de Pesquisa e Iniciação Científica



Prof. Dr. Luiz R. Nunes
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão